

ID: 118167075

14-07-2025

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Alterações ao IVA podem ser "ratoeira" para recibos verdes

Medidas que chegaram este mês ao terreno podem complicar a vida dos profissionais independentes que ultrapassem o limite da isenção em IVA. O problema, sustenta a bastonária da OCC, tem sobretudo a ver com a "complexidade do sistema fiscal português".

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

PEDRO CATARINO

Fotografia

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados elogia a descida no IRS e avisa que os reembolsos deverão continuar a baixar, mas que isso é bom.

Houve alterações ao IVA para os profissionais independentes, que estão agora a chegar ao terreno. Como é que está a correr esse processo?

Estas medidas não foram só de iniciativa nacional, são transposições de diretivas, mas isto, de facto, mexe com a vida dos portugueses, principalmente os que têm recibos verdes, os "freelancer", o trabalhador que tem pequenos rendimentos da categoria B. Quem tem pequenas atividades conhece o regime especial de isenção de IVA, agora até aos 15 mil euros. E agora, a meio do ano, foram introduzidas alterações que podem ser significativas, porque quem ultrapassa esses 15 mil euros, em mais de 25%,

muda logo para a sujeição a IVA. Isso não acontecia antes. Estamos a falar de 18.750 euros. E, no momento em que eu vou emitir uma fatura que ultrapassa estes limites, tenho que ter este cuidado para nessa fatura já liquidar IVA. E não era assim. Era só no ano seguinte que mudava. Portanto, quem passa recibos verdes tem de estar muito mais atento porque senão vai ter que entregar esse IVA ao Estado mesmo não o cobrando ao cliente.

O Estado arrecadará mais IVA?

Isso não será muito significativo. O problema aqui, que mais uma vez tem a ver com a complexidade do sistema fiscal português, é a ratoeira em que um contribuinte que passa recibos verdes e que não tem muito conhecimento da legislação fiscal de repente se pode ver. E com as consequências que isso tem, porque vai ter de passar a entregar declarações de IVA, entregar uma declaração de alterações, vai ter que cobrar o IVA ao seu cliente sem ter, se calhar, o conhecimento suficiente para perceber que está nessa situação logo naquele momento.

Para os não residentes também há mudanças.

Os não residentes são, de facto,

aqueles que, apesar de serem um universo menor, vão ser mais atingidos. Porque este regime especial de isenção aplicava-se-lhes também e desde 1 de julho isso deixou de acontecer. Pessoas que têm, por exemplo, alojamentos locais, casas com painéis solares e que vendam a eletricidade, que estavam abrangidos, saem do regime de isenção e, ou registam-se no seu país, ou passam a liquidar IVA no regime normal para uma atividade de pequenissima dimensão.

No IRS foi aprovada mais uma redução. Foi uma medida mais política ou tem impactos de substância?

Sempre que desce o IRS, por pouco seja, as famílias vão ser beneficiadas. E temos tido uma política progressiva de redução, porque o IRS alcançou taxas muitíssimo elevadas quando os rendimentos em Portugal são muito baixos. Como vemos quando se está a discutir que o oitavo escalão, que é quase o último, começa em cerca de 3.300 euros de rendimento [mensal] bruto.

Há uma melhoria mensal, mas na altura do reembolso as pessoas queixam-se.

Isto deve-se a uma política, também para acompanhar esta redução de IRS, de redução das retenções na fonte, portanto, diminuir aquilo que se adiantava ao Estado. E bem, porque só se deve adiantar aquilo que é muito próximo do que são as contas finais. Mas os portugueses habituaram-se durante anos a terem reembolsos e uma retenção na fonte muito superior e ainda não conseguiram adaptar-se a esta nova realidade, mais próxima do que é o ideal, e que esse dinheiro já está do

seu lado, em cada mês. Às vezes até pessoas com o salário mínimo, que não fizeram retenções, nos perguntam porque não têm reembolsos.

E os reembolsos vão continuar a baixar?

Vai continuar a acontecer, mas é bom para os portugueses. É importante explicar isso. Nós não devemos ter o dinheiro do lado do Estado. Este adiantamento deve ser só para cobrir aquilo que é efetivamente o imposto. Aquilo que acontecia no passado é que não estava bem.

Com o crescimento económico a ser revisto em baixa e a pressão da despesa, nomeadamente em defesa, há uma

margem real para uma descida sustentada do IRS?

Descida de IRS, descida de IRC, benefícios fiscais, tudo isto junto pode depois desequilibrar as contas. Por isso é que estas descidas de IRS têm sido quase cirúrgicas, mas a verdade é que já tem um impacto significativo, quer no bolso dos portugueses, quer na receita, que diminuiu. Mas com a subida dos salários também há mais consumo, mais receita contributiva. Acredito que existem condições, mas também que tem de existir uma prudência muito grande na avaliação de todas estas medidas porque, de repente, se há uma inversão e a economia não responde, pode haver um problema no equilíbrio das contas. ■

Empresas não aplicam benefícios fiscais por causa dos riscos que correm

Abastonária da OCC defende que a descida do IRC é uma prioridade e lamenta as dificuldades que a Autoridade Tributária (AT) levanta na aplicação dos benefícios fiscais pelas empresas, pelas interpretações que tem da lei.

A redução do IRC para os 17% é uma prioridade?

As empresas têm de ter sinais de alguma mexida na sua

tributação. Têm existido, mas têm de se manter, e a descida da taxa é algo que os empresários privilegiam e querem ver acontecer. Na minha opinião a descida do IRC vai traduzir-se em aumento da receita e acho que os 15% seria a taxa mais equilibrada para o tipo e a estrutura de empresas em Portugal.

Há a crítica de que uma

"O problema aqui, mais uma vez, tem a ver com a complexidade do sistema fiscal."

"Descidas de IRS têm sido quase cirúrgicas, mas com impacto."



descida transversal beneficia sobretudo as grandes empresas, que é quem paga mais impostos. Faz sentido?

Pode fazer sentido, mas as pequenas até agora têm tido sempre uma taxa ainda mais baixa, até determinado valor de matéria coletável, neste momento 50 mil euros. Quem paga mais impostos são as grandes empresas, não há dúvida, e, portanto, também sairão beneficiadas. Mas geram mais riqueza. Tudo isto tem de ser equilibrado. Também não é justo essas grandes empresas pagarem 25% do seu rendimento ao Estado. Elas têm de criar emprego, têm de criar riqueza, têm de investir para o dinheiro retornar à economia.

A alternativa à descida do IRS passa por uma revisão nos benefícios fiscais. Diria que aí há margem?

O problema dos benefícios fiscais em Portugal é que normalmente são altamente complexos. E, portanto, a generalidade das empresas não os aplica, até pelos riscos que têm em termos das interpretações fiscais que muitas vezes existem. Porque temos um sistema fiscal que é complexo, mas depois também temos a AT a agir tardiamente, já depois da aplicação, e a ter interpretações completamente diferentes daquilo que resultaria da primeira leitura da lei. E isso causa muita falta de confiança às empresas na aplicação dos benefícios fiscais, eu diria mesmo muito risco às empresas na sua aplicação. Aliás, vemos os tribunais cheios com muito contencioso sobre estas matérias, o que não é desejável. Cada norma de um benefício fiscal tem uma complexidade de interpretações que nunca são muito claras.

E a AT demora muito tempo a explicá-las?

Demora muito tempo a corrigi-las, mais do que a explicá-las, porque às vezes não as explica, corrigi-as. E corrigi-as numa interpretação que é muito sua, que nem sempre depois em tribunal tem razão, mas a verdade é que causa muitos constrangimentos às empresas nas suas correções. E também questões de tesouraria graves nas empresas, que contam com determinada aplicação de benefícios fiscais, que lhes diminui o imposto a pagar, e depois, de repente, tem que o retornar.

Como é que isso se resolve?

A legislação tem de ser muito mais simples. E há que exigir que se a AT quer fazer as suas interpretações, que as faça antecipadamente. Quando saem as normas, alertamos logo para o que não está

completamente claro e pedimos logo uma interpretação à AT, mas raramente se tem logo ou quando é necessário. Por exemplo, a medida agora do prémio salarial ao trabalhadores. Há tantas questões que não estão esclarecidas que é um risco enorme para as empresas aplicarem e perante uma medida boa, que beneficiava os trabalhadores, criou-se uma complexidade na sua interpretação e na

sua aplicação, que a maior parte das empresas nem sequer pensam em aplicar. E por isso é que os benefícios fiscais, que podem ser medidas extremamente interessantes na mudança de comportamentos, no incentivo a aumentos salariais, no incentivo à contratação, no incentivo ao investimento, depois acabam por ser perdidos por via de todas estas contingências que têm. ■

“Cada norma de um benefício fiscal tem uma complexidade de interpretações.”

“15% seria a taxa mais equilibrada para as empresas em Portugal.”

ID: 118167075

14-07-2025

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Relação com o Governo ainda não criou a confiança necessária”

O Governo “ainda não percebeu” que a Ordem dos Contabilistas Certificados pode “ajudar a evitar e a antecipar problemas”, lamenta Paula Franco. Dupla autenticação no Portal das Finanças é um dos problemas recentes.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

PEDRO CATARINO

Fotografia

A nova forma de autenticação no Portal das Finanças está a ser questionada pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), que diz que perante alterações destas dever ser ouvido “quem está no terreno”. A bastonária afirma que o Portal continua com limitações e que tem uma “expectativa enorme” em relação ao novo ministério para a Reforma do Estado.

Como tem sido o relacionamento da Ordem com esta equipa das Finanças?

Tem sido uma relação que tem de se construir, em que temos que construir estas pontes, mas não têm sido as mais positivas, pode-se dizer. Temos uma relação que ainda não criou a confiança necessária. E acredito que temos condições para o fazer, mas ainda estamos longe de criar esta confiança. A OCC e os contabilistas certificados são pilares essenciais na economia. A sua razão de existência é virada para as empresas, mas hoje em dia o contabilista é um parceiro também das famílias, dos portugueses que precisam de ajuda e acompanhamento em tudo aquilo que é a burocracia fiscal.

E não está a ser um parceiro do Governo porque o Governo não quer?

Acredito que não seja por não querer, acho que ainda não percebeu que pode ter aqui um parceiro que o pode ajudar a evitar e a antecipar problemas. Por exemplo, agora foi introduzido um fator de dupla



autenticação para todos os sujeitos passivos que entram no site da AT.

Tiveram conhecimento prévio?

Tivemos e contestámos bastan-

te. Para já, só entrou em vigor para os particulares que não tenham contabilidade organizada. Aliás, ele ia entrar em vigor já muito antes desta data e nós contestámos por-

que seria o caos. Porque há muitas relações de softwares com o site da AT. Os contabilistas fazem muitos ‘inputs’, mas depois também vão buscar muita informação de retorno, que hoje garante que a contabilidade seja toda ela muito mais rigorosa, mas que este fator da dupla autenticação impede. Não podemos, por cada ação que os softwares fazem, diariamente, ao minuto, ao segundo, depender de um fator de autenticação recebido pelo empresário no telemóvel.

Há contribuintes a optar por não ter a dupla autenticação. Estas mudanças têm de ser dis-

cutidas com quem está no terreno. E apesar de termos sido informados, não foram discutidas e tudo aquilo que nós apresentámos como obstáculos até foram num primeiro momento mal vistos. A segurança informática é algo com que todos nos preocupamos, mas as opções podiam ter sido outras. Por exemplo, se um dos grandes problemas que se tem é a questão das contas bancárias, porque é que não se introduz só uma dupla autenticação na alteração ou na consulta de uma conta bancária? Discutindo e conversando, podemos chegar a soluções muito mais eficazes para o país e para todos.

“A AT quer cada vez mais informação (...) mas isso custa recursos, custa dinheiro.”

“Temos tido problemas quase diariamente com o Portal.”

ID: 118167075

14-07-2025

“O Governo ainda não percebeu que pode ter aqui [na Ordem dos Contabilistas] um parceiro que o pode ajudar a evitar e a antecipar problemas.”

cebemos isso, mas ao criar esta dupla autenticação, vai-se criar muitos entraves na ajuda que os contabilistas dão à sociedade civil em termos gerais.

O Portal das Finanças continua a ter problemas recorrentes?

Temos tido problemas quase diariamente. A AT nunca o quer admitir, acha sempre que são exageros por partes contabilistas, mas a verdade é que nós somos constantemente impedidos de trabalhar de forma planeada. E isso provoca imensa improdutividade e provoca, acima de tudo, muitos problemas de pressão sobre os contabilistas certificados e é por isso que depois os adiamentos são necessários. Por exemplo, para a modelo 22,30 de junho é um prazo razoável. Não podemos ter vários prazos sobrepostos, porque causam uma pressão enorme sobre os portais e depois os portais falham.

O que espera do novo Ministério da Reforma do Estado?

Tenho uma expectativa enorme porque acho que é extremamente importante concentrar no Ministério todas estas alterações de simplificação. Falámos aqui de toda a complexidade do sistema e, portanto, uma reforma do Estado, uma verdadeira simplificação, sem olhar para as questões fiscais, nunca pode acontecer. Há aqui um caderno de encargos enorme que a Ordem já tem e que tem vindo a apresentar, que espero que seja contemplado e que, de facto, diminuam uma série de obrigações. Hoje em dia declara-se tudo, os rendimentos não sujeitos, os rendimentos isentos. É apenas a AT que quer cada vez mais informação, mas essa informação custa recursos, custa dinheiro e tudo isso tem de ser equacionado. ■

O que não aconteceu?

O que não aconteceu. Os nossos serviços públicos não estão a melhorar, como nós sabemos. Nós vamos a um serviço de Finanças que hoje em dia, na maior parte dos dias, não atende os contribuintes. Atende por marcação, atende umas manhãs, não atende outras. Para pagar, as tesourarias estão praticamente desativadas. E muitas vezes são os próprios serviços de Finanças que dizem “fale com o contabilista, peça ao contabilista”. Há uma ausência e uma retirada de muitos dos serviços públicos que existiam. Tem a ver também com falta de recursos, e per-

Fisco já admite devolver IRS dos quinhões hereditários

A bastonária aconselha os contribuintes que tenham vendido um quinhão hereditário a apresentarem uma reclamação graciosa nas Finanças para recuperarem imposto pago indevidamente.

Um recente acórdão do STA veio uniformizar jurisprudência em relação à tributação de mais-valias na venda de quinhões hereditários. A AT já está a tratar estes casos de acordo com esse novo entendimento?

Essa era uma discussão de há muito nos tribunais e finalmente temos este acórdão uniformizador. A questão é que o código do IRS, o que prevê para a tributação da transmissão de imóveis é quando essa transmissão é de direitos reais. E a transmissão de um quinhão hereditário não é a transmissão de um direito real, coisa que a AT nunca admitiu. Tributou-se durante anos algo que não estava previsto no código do IRS e a jurisprudência agora clarificou. Já vimos uma instrução administrativa interna da AT para que quando forem apresentadas reclamações, sejam aceites. Portanto, qualquer contribuinte que tivesse agora em 2024 no seu IRS uma situação dessas, se apresentar uma reclamação graciosa, à partida ela é aceite diretamente e nem precisa depois de ir para tribunal. Também pode fazê-lo em situações de tudo aquilo que seja ainda passível de pedir revisão dos últimos anos.

Quatro anos para trás?

Quatro anos para trás. Agora, atenção que há aqui particularidades. Já sabemos que isto nunca é tão generoso quanto se quer. E há uma discussão muito grande entre a venda do quinhão hereditário, barra, heranças indivisas. Que na prática é a mesma coisa, porque numa herança indivisa, quando está a ser transmitido um imóvel, não se está a transmitir um direito real.

O acórdão aí não resolve?

O acórdão, como se referiu só concretamente à venda do quinhão hereditário - e a AT, obviamente que vai seguir exatamente aquilo que está ali -, não abrange. Agora, a questão que se discute é a venda de todo o quinhão hereditário ou de uma parte dele. Isso continuará a ser discutido em tribunal, mas a base é a mesma. Quando se vende uma herança indivisa, não se está a transmitir um direito real. E, portanto, os tribunais vão continuar a ter casos destes.

E aí o que aconselha?

Aconselho a que nesta situação, e até ao momento em que a lei é assim, quem tiver vendas de heranças indivisas, que apresente uma reclamação graciosa. Se ela não for aceite, por não estar completamente no âmbito daquilo que é o acórdão uniformizador, que vá para tribunal - o arbitral é muito rápido - para resolver essas situações. Porque a base é a mesma. Quando os imóveis estão numa herança indivisa, os herdeiros não têm o direito real sobre eles. ■

Respostas rápidas

PAULA FRANCO
Proativa.

21 DE SETEMBRO
Dia do contabilista.

PÉROLAS
Adoro.

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO
Algo que se tem de combater.

TAP
Deve ser vendida.

DONALD TRUMP
É um mistério o que vai acontecer. Para já, uma incógnita.

TEMPOS LIVRES
Devem ser bem aproveitados e em família.

FAMÍLIA
O mais importante que temos na vida.

FÉRIAS
Indispensáveis para repor energias.

FISCO
Tem de mudar o comportamento e deixar de duvidar dos contribuintes.

PORTUGAL
É um país fantástico. Continua a ser dos melhores países para se viver.

CONVERSA CAPITAL
PAULA FRANCO

Alterações ao IVA podem ser “ratoeira” para recibos verdes

**Bastonária dos contabilistas
assume que relações com o Governo
“não têm sido as mais positivas”.**

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

